



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS  
CÂMARA SETORIAL DE EQUIDECULTURA**

**MEMÓRIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DATA:** 08/04/2026 (quarta-feira)

**HORÁRIO:** 14:00 às 17:30.

**LOCAL:** Brasília/DF, Mapa-sede: sala de reuniões das câmaras setoriais e temáticas

**Link:** <https://teams.microsoft.com/meet/221843401499?p=OQDSbJd9LfCUEq5M1g>

**PAUTA DA REUNIÃO**

**1. Abertura - Presidente. (14:00 – 14:05 - 5 min).**

**2. Avisos da Secretaria - aprovação da memória da 58ª Reunião Ordinária. (14:05 – 14:10 - 5 min).**

**3. Atualização sobre a Minuta de Decreto do Material Genético de Equídeos (14:10 – 14:45 – 30 min)**

**convocação do Dra. Martha Bravo (AFFA, DIMG, CGIPE, DAS, da SDA)**

**convocação do Dr. Marcelo Mota (Diretor do DSA, da SDA)**

3.1 Apresentação da minuta de decreto e atualização do andamento da proposta normativa.

3.2 Discussão sobre impactos para exportação, importação e circulação de material genético de equídeos.

**4. Atualização dos números do nosso setor – Projeto CNA / Esalq-USP (14:45 – 15:15 – 30 min)**

**4.1.** Apresentação pela CNA (Dra. Kalinka) do status do andamento do levantamento e de necessidades de apoio da Câmara Setorial e de suas entidades associadas;

**4.2.** Definição de metodologia de revisão dos números por Raça, por Estado e por atividade econômica anualmente ou periodicamente com data definida.

**5. Discussão acerca da evolução do processo de emissão de passaportes nos diversos Estados e da atuação da CNA (15:15 – 16:00 – 45 min)**

- convocação do Dr. Bruno Cotta (Coordenador Geral da CGTQA, do DSA, da SDA)

- convocação do Dr. Bruno Guimarães (Chefe da DISE, do DSA, da SDA)

**5.1.** Rápida atualização do status da evolução da legislação estadual de emissão de passaportes CNA (Dra. Kalinka)

**5.2.** Aprovação da minuta de ofício solicitando que para os equídeos passe a ser adotado o padrão UELN, com 15 dígitos alfanuméricos, de forma a diferenciar das demais espécies, que seguem o padrão de 15 dígitos, mas apenas numéricos.

**5.2.1.** Retomar a discussão e votação o pedido de adoção do UELN e pedido de revisão do art. 3º da Instrução Normativa nº 5, de 8 de janeiro de 2018:

b) a Instrução Normativa prevê que cada código de identificação de animais será formado pelo número 076 nos primeiros três dígitos seguindo assim padrão ISO, e após esses três dígitos, está prevista uma sequência de doze dígitos numéricos, ou seja, um total de 15 dígitos numéricos;

b) o UELN também segue padrão ISO, com o mesmo padrão de 15 dígitos, sendo os 3 primeiros do Brasil igualmente o número 076, mas tem duas diferenças:

**b.1.)** que os 3 dígitos seguintes (quarto, quinto e sexto) são a identificação do banco de dados / studbook em que o animal está registrado; e

**b.2.)** no lugar de apenas dígitos numéricos, são alfanuméricos, ou seja, permite o uso de letras.

**5.2.2.** Em caso de aprovação do pedido de adoção do padrão UELN, deverá ser estudada a definição de qual código deverá ser usado para animais sem registro em studbook, por exemplo, ser definido uma identificação para usar no espaço nos 3 algarismos do Studbook (quarto, quinto e sexto algarismo) e ser adicionado a todos os animais o código de letras do Estado que identifica local de nascimento dos animais.

**5.2.3. Em resumo, discutir e analisar como conciliar as informações seguindo o padrão UELN:**

Brasil Studbook Estado

076 XXX YY

Ou seja, para cada Studbook, sobram 7 algarismos alfanuméricos.

**5.3.** Com a conclusão da discussão deste tema da UELN, a gestão deste tema continua a ser da Comissão Nacional de Equideocultura, da CNA, e a Câmara dará suporte à Comissão.

## **6. Apresentação de e-mail acerca de identificação de mercados de interesse (16:00 – 16:50 - 50 min)**

- convocação do Dr. Bruno Cotta (Coordenador Geral da CGTQA, do DSA, da SDA);

- convocação da Dra. Andressa Beluco (CGTQA, do DSA, da SDA);

- convocação do Dr. Bruno Guimarães (Chefe da DISE, do DSA, da SDA)

### **6.1. Agradecimento pela alteração da gestão de exportação de equídeos para o Uruguai;**

**6.2.** Discussão acerca de critérios de testagem e padronização de kits e aceitação de testes feitos em um país pelo outro país se seguidos os padrões e o kit definidos. Merece atenção especial quando não é protocolo do país e sim do evento (exemplo mormo na Expointer);

**6.3.** Discussão acerca dos problemas que ocorreram durante a Expointer com as delegações estrangeiras e discussão de propostas de solução deste tema;

**6.4.** Atualização de informações acerca do Protocolo High Health High Performance. Pedido que seja apresentado atual status e próximas etapas de confirmação e implantação.

**6.5.** Retomar a discussão acerca de mercados já estabelecidos com livre trânsito e os mercados em que estão sendo desenvolvidas as tratativas para desenvolvimento de protocolo sanitário para informação às diversas entidades do setor, conforme foi apresentado em reunião. **E pode apresentar a todos caminho / site para ser feita a consulta pública.**

**Se julgar necessário convocar** CGTQA pode atualizar e apresentar resumo

**6.6.** Apresentação de Mercados de Interesse e solicitação de atualização acerca dos procedimentos (em sublinhado as últimas atualizações conhecidas)

**6.6.1. Cavalo Puro Sangue Árabe** – Emirados Árabes Unidos (pedido enviado, sem resposta ainda); Qatar (veio resposta parcial, em andamento); Arábia Saudita (pedido já ser enviado).

**6.6.2. Cavalo Puro Sangue Inglês** – Guiana (já autorizado); Austrália (sem tratativa até ao momento); Japão (sem tratativa até ao momento); Hong Kong (sem tratativa até ao momento); Emirados Árabes Unidos.

**6.6.3. Cavalo Brasileiro de Hipismo / CBH** – Europa partindo de São Paulo (aguardando respostas da União Europeia, será iniciado processo paralelo com o apoio de Portugal e Puro Sangue Lusitano); Bolívia (bem avançado, em fase final); High Health High Performance (em fase de testes); Guatemala e outros países centro americanos (sem tratativa até ao momento, necessário confirmar interesse).

**6.6.4. Cavalo Puro Sangue Lusitano** – países latino-americanos da América Central, Caribe e da América do Sul, especialmente onde haja cavalos ibéricos (Puro Sangue Lusitano e Puro Raça Espanhol) – estão apenas autorizados na América Central e Caribe México e Costa Rica; na América do Sul estão autorizados apenas países do Mercosul e Chile e em trâmite final a Bolívia.

**6.6.5. Material Genético da União Europeia** – Câmara fez ofício no ano passado. Qual o andamento?

**6.6.6. Jumento Pêga** – Câmara fez ofício este ano. Qual o andamento?

**6.6.7.** Solicitar revisão dessas entidades e informação às demais entidades de quais os mercados de interesse.

**7. Discussão acerca da Revisão dos Efeitos da Reforma Tributária e da atualização anual do RICMS, isenções e deduções e efeitos sobre o setor de equideocultura. (16:50 – 17:15 - 25 min)**

**7.1.** Criação de Grupo de Trabalho

**7.2.** Revisar diferenciação do cavalo de corrida e discutir a eliminação dessa diferença.

**7.3.** Pedido de apoio à CNA e à FAESP para analisar a possível equiparação com setor de bovinos e bubalinos de que animais puros ou cruzados registrados têm isenção de ICMS no trânsito interestadual, entre outros. Fazer convite à FAESP para se tornar membro da nossa Câmara.

**8. Outros assuntos para futuro (17:15 – 17:30 - 15 min)** – provável que não serão pautados estes temas

**8.1.** Descredenciamento laboratórios pelo MAPA

**8.2.** Normatização de Turismo Equestre nas Unidades de Conservação

**9. Encerramento (17:30).**

## **OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA**

### **Abertura**

No dia 08 de abril de 2026, foi realizada a 60ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Equideocultura (CSE), sob a presidência do Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio, com participação de representantes do setor produtivo, entidades de raça, instituições públicas, indústria de produtos veterinários e demais convidados. Na abertura da reunião, o Presidente registrou que a presente reunião constituía continuidade da 59ª Reunião Ordinária, em razão da densidade técnica dos temas debatidos anteriormente e da necessidade de aprofundamento de assuntos considerados estratégicos para a equideocultura nacional. Informou também que, durante o mês de março, foram realizadas agendas institucionais junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária, incluindo reunião com o Ministro Carlos Fávaro e equipes técnicas do MAPA, oportunidade em que foram apresentados temas considerados prioritários pela Câmara, entre eles a operacionalização da CCCCN, a situação do abastecimento de vacinas para equídeos e os debates relacionados ao material genético de equídeos.

O presidente da CSE, Dr. Nuno Miguel, informou ainda que havia sido solicitada ao Ministério da Agricultura e Pecuária atenção prioritária à situação da vacina contra influenza equina, especialmente diante do risco de desabastecimento do mercado nacional e dos impactos sobre o trânsito animal, eventos e competições equestres. Também relatou que foi solicitado ao MAPA monitoramento de eventual necessidade futura de importação emergencial de vacinas, caso ocorra agravamento do cenário sanitário ou insuficiência de abastecimento do mercado nacional.

Na sequência, o Secretário da Câmara, Rogério Ferreira do Nascimento Paula, realizou os avisos institucionais da Secretaria. Informou ainda que a memória da reunião anterior já havia sido disponibilizada no site oficial das Câmaras Setoriais do MAPA e encaminhada aos membros, sendo submetida à apreciação do plenário. Dr. Nuno Miguel, presidente da CSE propôs a aprovação da memória, ficando registrado que eventuais sugestões de ajustes posteriores poderiam ser encaminhadas à Secretaria da Câmara. Não

havendo manifestações contrárias, a memória da 59ª reunião ordinária, realizada em 25/02/2026, foi considerada aprovada por unanimidade.

### **Vacinas**

Na sequência dos trabalhos, ainda antes do início formal dos itens da pauta, foi retomada a discussão acerca da situação das vacinas contra influenza equina, em razão da relevância sanitária do tema para o setor. Nesse ponto o Dr. Leandro Barbieri de Carvalho, representante da Coordenação-Geral de Insumos Pecuários – CGIPE/SDA/MAPA, prestou esclarecimentos técnicos sobre o andamento dos processos regulatórios relacionados às vacinas de influenza equina. Explicou a estrutura organizacional da CGIPE, incluindo as áreas de registro de produtos veterinários e material genético animal e informou que o processo encaminhado pela Câmara foi direcionado à Coordenação de Registro de Produtos Veterinários, com orientação para análise prioritária dos pedidos relacionados à influenza equina.

Durante sua manifestação, o Dr. Leandro esclareceu que havia, naquele momento, um processo ativo de pedido de registro da empresa Syntec do Brasil, cuja previsão apresentada pela própria empresa apontava possibilidade de avanço apenas no segundo semestre do ano. Também informou que existiam vacinas registradas no país pelas empresas Zoetis e Ceva, embora a efetiva disponibilidade comercial dependesse de decisão empresarial e capacidade produtiva das respectivas companhias. Explicou ainda que o desligamento das atividades da antiga Dechra no segmento de grandes animais havia provocado reacomodação do mercado nacional de vacinas equinas.

O presidente Nuno Eusébio ponderou que as informações obtidas anteriormente junto ao setor privado apontavam cenário mais amplo de pedidos de registro em tramitação e manifestou preocupação com o fato de existir apenas um processo ativo de novo registro em análise, considerando o tamanho do rebanho nacional e a dependência de um único fornecedor comercial efetivamente atuante no mercado naquele momento. Ressaltou que a influenza equina constitui fator de restrição ao trânsito animal e que a flexibilização temporária da exigência de vacinação representava solução emergencial para circulação de animais, mas não solução sanitária definitiva para o problema do abastecimento.

O representante do setor, Luis Eduardo Ferraz, complementou as informações destacando que existiam laboratórios com interesse em ingressar no mercado e mencionou empresas como Microsules, Boehringer e MSD, além da possibilidade de ingresso de empresas estrangeiras. Também chamou atenção para a situação da planta fabril da Syntec e para a necessidade de celeridade tanto na análise dos produtos quanto na aprovação operacional das estruturas industriais.

Durante o debate, o Dr. Leandro Barbieri esclareceu que a Syntec ainda se encontrava em processo de adequação da planta industrial perante o MAPA, embora em estágio avançado, e reiterou que os processos seriam tratados com prioridade pela área competente. Também informou que o Instituto Biológico de São Paulo havia manifestado interesse futuro na produção de imunógenos para equídeos, ainda que em perspectiva de médio e longo prazo.

O Dr. Luis Eduardo Ferraz questionou ainda a possibilidade de utilização de vacinas autógenas como alternativa emergencial. Em resposta, o Dr. Leandro Barbieri explicou que existe regulamentação específica para vacinas autógenas, vinculadas a populações-alvo específicas e sem autorização de comercialização ampla, podendo representar alternativa técnica em situações específicas.

Na sequência, houve manifestação da representante do SINDAN, Gabriela Mura, que informou existir ofício em elaboração envolvendo as empresas Zoetis, Boehringer e Syntec, abordando temas como adequação de rotulagem de vacinas importadas, eventual retomada de comercialização de produtos

previamente registrados e necessidade de atuação coordenada entre indústria e MAPA para enfrentamento do cenário de abastecimento. Informou ainda que, segundo levantamento realizado pelo setor, o consumo histórico anual de vacinas de influenza equina no Brasil girava em torno de um milhão de doses nos anos de 2023 e 2024.

Dr. Nuno Miguel voltou a manifestar preocupação com o risco de manutenção do sub-abastecimento ao longo do ano e eventualmente no exercício seguinte, especialmente diante da possibilidade de aumento de demanda em caso de surtos sanitários nacionais ou internacionais. Ressaltou ainda que o setor não desejava situação de monopólio comercial e que a preocupação central da Câmara era assegurar previsibilidade sanitária e continuidade do abastecimento.

O Dr. Eduardo Bencke Geyer também se manifestou, ressaltando preocupação com a impossibilidade de participação de animais em concursos, eventos e pré-estabulagens em razão da perda de validade vacinal dos plantéis esportivos, destacando a necessidade de construção de soluções excepcionais e articuladas entre MAPA, setor produtivo e entidades privadas. O Dr. Hélio C. Manso Filho, da ABRAVEQ, alertou que a redução da cobertura vacinal aumentaria significativamente o risco epidemiológico de disseminação da influenza equina no plantel nacional.

Ao final do debate, foi considerado que a Câmara permanecerá monitorando continuamente a situação das vacinas de influenza equina, mantendo interlocução com o MAPA, o SINDAN, ABIQIF, laboratórios e entidades do setor produtivo.

### **Material Genético**

Na sequência, passou-se ao item 3 da pauta, referente à atualização sobre a minuta de decreto do material genético de equídeos. A Dra. Kalinka Lessa Koza, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, apresentou atualização da proposta normativa construída no âmbito do grupo de trabalho anteriormente constituído pela Câmara Setorial para discutir a regulamentação da produção e comercialização de material genético de equídeos. Explicou que a proposta foi desenvolvida após a atualização legislativa promovida pela Lei nº 15.021/2024, que ampliou conceitos relacionados ao material genético animal e permitiu maior abrangência na produção e comercialização tanto por pessoas jurídicas quanto físicas.

A expositora apresentou panorama do setor de reprodução equina no Brasil, destacando que o país possui o terceiro maior rebanho equino do mundo e dezenas de centrais registradas junto ao MAPA. Ressaltou, contudo, que grande parte da produção e comercialização de material genético ocorre fora das centrais formalmente registradas, sem padronização regulatória uniforme. Nesse contexto, foi apresentada a proposta de criação da chamada “Unidade de Reprodução de Equídeos”, concebida como modelo simplificado de estabelecimento para produção e comercialização de sêmen e embriões de animais do próprio proprietário ou de animais condominados.

A Dra. Kalinka explicou que a proposta prevê exigências equivalentes às centrais de reprodução quanto a rastreabilidade, controle sanitário, identificação do material genético, controle documental, emissão de notas fiscais, existência de responsável técnico e manutenção de registros auditáveis pelo MAPA ou pelos estados mediante convênios. Destacou ainda que o modelo contempla produção de sêmen fresco, refrigerado e congelado, além de embriões in vivo e criopreservados, limitados ao mercado nacional.

Foi registrado que a proposta normativa foi construída no âmbito de grupo técnico coordenado pela Câmara Setorial, tendo contado com participação da Dra. Kalinka Lessa Koza, Dr. Carlos Eduardo Wayne

Nogueira, Perla Fleury, Rodrigo Arruda (UnB), Dr. Camargo, do Paraná, entre outros profissionais e especialistas convidados.

### **Números do Setor**

Ainda durante sua apresentação, a Dra. Kalinka fez breve atualização sobre os números do setor e reforçou a necessidade de aprimoramento da coleta e atualização periódica de dados da equideocultura nacional, incluindo raça, atividade econômica e distribuição territorial dos plantéis.

### **Emissão de Passaporte Equestre**

Na sequência, avançou-se para o item relativo à evolução do processo de emissão de passaportes de equídeos e identificação animal.

A Dra. Kalinka Koza apresentou atualização dos estados que já possuem sistemas de passaporte e identificação em funcionamento, destacando Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná e, mais recentemente, o Estado do Rio de Janeiro. Informou ainda que outros estados, como Tocantins e Minas Gerais, ainda se encontram em fase de regulamentação normativa, com expectativa de implementação até maio de 2026.

Foram apresentados os principais componentes do sistema de passaporte equestre, incluindo microchipagem em conformidade com os padrões ISO 11784 e ISO 11785, resenha gráfica e fotográfica dos animais, utilização de aplicativo digital, integração de atestados de vacinação contra influenza equina, inserção de exames laboratoriais pelos próprios laboratórios, registro genealógico e integração com a Guia de Trânsito Animal – GTA.

Durante as discussões, o Presidente Nuno Eusébio fez referência à necessidade de adoção de sistema de identificação única para equídeos e mencionou o padrão internacional UELN – Universal Equine Life Number, ressaltando a importância de diferenciação em relação ao Programa Nacional de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, de modo a evitar duplicidade de numeração entre espécies distintas.

O Dr. Bruno Cotta, Coordenador-Geral de Trânsito, Quarentena e Certificação Animal (CGTQA), participou do debate e esclareceu que o modelo baseado em base centralizada de dados evitaria duplicidade de registros, garantindo geração única de identificação para cada animal. Ressaltou que o sistema é amplamente utilizado internacionalmente e depende da adequada integração entre os atores envolvidos na gestão das informações.

Também foi registrado no chat da reunião pedido formal da Dra. Tatiana, representante da Confederação Brasileira de Hipismo – CBH, manifestando interesse da entidade em participar das discussões técnicas relativas ao sistema de passaporte e número de identificação dos equídeos.

### **Mercados de interesse para exportação**

Na sequência, avançou-se para o item 6 da pauta, relativo aos mercados de interesse para exportação de equídeos e material genético.

A Dra. Andressa Beluco, representante da Coordenação-Geral de Trânsito, Quarentena e Certificação Animal – CGTQA/DSA/SDA/MAPA, apresentou informações atualizadas sobre negociações sanitárias e mercados internacionais de interesse da equideocultura brasileira. Foram discutidos protocolos sanitários, harmonização de critérios de testagem, reconhecimento de exames laboratoriais entre países e

desafios relacionados à movimentação internacional de animais. Os debates abordaram ainda a necessidade de fortalecimento da cooperação internacional, ampliação dos mercados prioritários e atualização contínua das entidades do setor acerca do andamento das tratativas internacionais conduzidas pelo MAPA.

### Revisão dos Efeitos Reforma Tributária

Após a reunião, passou-se ao item relativo à reforma tributária e atualização do ICMS aplicável ao setor de equideocultura.

Foi debatida a possibilidade de criação de Grupo de Trabalho específico para análise técnica dos impactos tributários sobre o setor, incluindo avaliação de eventual equiparação do tratamento tributário conferido a equídeos ao já existente para bovinos e bubalinos registrados. Também foi mencionada a possibilidade de aproximação institucional com a FAESP e outras entidades para aprofundamento técnico da matéria tributária.

### DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
1. Monitoramento contínuo da disponibilidade de vacinas contra influenza equina e dos processos regulatórios em andamento.	MAPA/SDA/	Realizar reuniões técnicas periódicas e acompanhar registros, disponibilidade e abastecimento do mercado.	Dr. Nuno Miguel Eusébio, Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira, Gabriela Mura (SINDAN), Dr. Leandro Barbieri de Carvalho	Contínuo
2. Manter interlocução técnica sobre eventual necessidade futura de importação emergencial de vacinas.	MAPA	Avaliar cenários de emergência sanitária e alternativas regulatórias excepcionais	Câmara Setorial, SINDAN, ABIQIF e MAPA	Contínuo
3. Acompanhar tramitação da proposta normativa sobre material genético de equídeos.	MAPA/CNA	Atualizar e aperfeiçoar proposta normativa construída pelo GT da Câmara	Dra. Kalinka Lessa Koza, Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira, Perla Fleury, Rodrigo Arruda (UnB), Dr. Camargo (PR)	Contínuo
4. Dar continuidade à implementação do sistema de passaporte e identificação de equídeos nos estados	MAPA/Estados	Acompanhar regulamentação estadual e evolução do sistema UELN	Dra. Kalinka Lessa Koza, Dr. Bruno Cotta, Comissão Nacional de Equideocultura	Até maio de 2026

5. Avaliar aperfeiçoamentos do sistema nacional de identificação de equídeos e integração internacional via UELN.	MAPA / CNA / Comissão Nacional de Equideocultura	Prosseguir discussões técnicas sobre base centralizada, padronização e interoperabilidade	Dr. Bruno Cotta, Dra. Kalinka Koza, Dr. Nuno Eusébio	Contínuo.
6. Avaliar impactos da reforma tributária e do ICMS sobre o setor de equideocultura	MAPA / Área de comércio internacional	Estruturar Grupo de Trabalho para análise tributária setorial	Câmara Setorial, CNA e entidades interessadas.	Contínuo

Informa-se que a reunião ordinária foi gravada e arquivada nesta Coordenação-Geral. A presente memória teve como escopo abordar de modo sucinto as apresentações, discussões e deliberações. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

**APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:**

<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Presidente: Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	
Consultor: Carlos Eduardo Wayne Nogueira	